



AVALIAÇÃO EDUCACIONAL: QUE TIPO DE FORMAÇÃO OS FUTUROS EDUCADORES ESTÃO RECEBENDO NA UNIVERSIDADE?

Cláudio de Albuquerque Marques

Universidade Federal do Ceará – marquesclaudio@yahoo.com

Ana Paula Martins Alves

Universidade Federal do Ceará – anarosa_teixeira@yahoo.com.br

Ana Cristina Rebouças Torres

Universidade Federal do Ceará – crys_rt@yahoo.com.br

Introdução

A avaliação é uma atividade inerente ao ser humano. A cada oportunidade, o homem, julgando e analisando, permanece no trabalho contínuo de avaliar suas próprias ações e também as de seus semelhantes. Isto está presente na nossa vida como um todo, inclusive no processo de ensino. Na vida escolar, a avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente no trabalho docente. Por se tratar de um assunto de grande importância na educação, a capacitação dos professores na área da avaliação educacional deveria merecer maior atenção por parte das instituições de ensino superior.

Contudo, o que se tem constatado é que boa parte dos professores não possui formação adequada na área de avaliação. No caso da Universidade Federal do Ceará, o currículo em vigor do curso de Pedagogia não possui nenhuma disciplina obrigatória abordando especificamente o tema da avaliação educacional. Tendo em vista que a comunidade acadêmica da Faculdade de Educação dessa universidade está conduzindo uma série de discussões a respeito da nova proposta curricular para o referido curso, achou-se que seria importante conduzir um estudo abordando o tema da avaliação educacional entre os estudantes do curso de Pedagogia. Dentro desse contexto, o presente trabalho tem por objetivo investigar o que pensam

os alunos do curso de Pedagogia a respeito de importantes temas relacionados à concepção de avaliação educacional e a prática avaliativa.

A relação entre a concepção de avaliação e a prática avaliativa

Desde o surgimento da avaliação educacional, a concepção de avaliação tem passado por constantes mudanças que acabam por refletir na prática docente. Vianna (2000) oferece uma importante análise das mudanças ocorridas no campo da avaliação educacional, explicando a contribuição prestada por importantes teóricos. Uma das mais importantes contribuições para o desenvolvimento do campo da avaliação educacional foi proposta por Tyler, que apresentou a avaliação como um meio de verificar se os objetivos propostos foram alcançados. Em seguida veio Cronbach, defendendo que a avaliação deveria ser um processo de obtenção de uma gama variada de informações que permitisse a tomada de decisões sobre um determinado programa. Já para Scriven, a avaliação deveria ter como função principal determinar o mérito do objeto que está sendo avaliado. Este autor foi o primeiro a definir os conceitos de avaliação formativa e somativa, que serão abordados mais adiante. Outra grande contribuição foi oferecida por Stufflebeam, que propôs um modelo de avaliação conhecido como CIPP, que leva em consideração no processo avaliativo o contexto educacional, os insumos, o processo e os produtos.

A importância em se identificar a concepção de avaliação se justifica pela sua influência no processo de escolha da estratégia avaliativa a ser utilizada. Dessa forma, a função do avaliador refletirá uma dessas perspectivas. Se a avaliação for por objetivos, o avaliador será um controlador; se a avaliação for descritiva, o avaliador será um educador preocupado em aumentar a compreensão sobre o tema da avaliação utilizan-



do diferentes perspectivas; e se a avaliação visar julgamento, o avaliador assumirá a posição de juiz/crítico (VIANNA, 2000).

Outro aspecto a ser levado em consideração são os diferentes papéis que a avaliação pode assumir no processo educativo. Jorba e Sanmartí (2003) apresentam três funções pedagógicas que a avaliação pode exercer. Tem-se uma avaliação diagnóstica quando esta é realizada no início do processo e tem como objetivo identificar em que estágio encontra-se a aprendizagem. Já a avaliação somativa é conduzida ao final do período (ou do programa educacional) e está geralmente ligada à certificação, promoção ou seleção. Adicionalmente pode-se ter uma avaliação formativa quando esta é centrada essencialmente sobre a gestão da aprendizagem do aluno, devendo acontecer durante o processo de ensino (PERRENOUD, 1999).

Também de grande repercussão é a influência que a concepção de avaliação exerce sobre as várias formas de se conduzir a avaliação, especialmente a avaliação do processo de ensino-aprendizagem. Gil (2004) apresenta as estratégias de avaliação mais utilizadas no ensino superior enquanto que Salinas (2004), as mais utilizadas na educação fundamental. Dentre as estratégias de avaliação mais utilizadas encontram-se as provas, podendo ser objetivas ou discursivas. Segundo Vianna, as provas objetivas têm como objeção mais freqüente o fato de não conseguirem avaliar adequadamente a capacidade de reflexão do aluno, centrando-se na avaliação de habilidades menos complexas como a memorização. As provas discursivas, nas quais o aluno constrói sua própria resposta, são recomendadas nas situações onde o propósito da avaliação é a verificação de objetivos mais complexos, como a capacidade de interpretação de princípios e de dados, análise crítica de idéias, argumentação, entre outros. Outro método também muito utilizado é o trabalho em grupo, que pode ser usado pelo professor como uma forma de diversificação do método avaliativo. Outra forma de avaliar é a auto-avaliação, processo esse em

que o avaliador e o avaliado são o mesmo sujeito, ou seja, o próprio objeto da avaliação julga o seu entendimento dentro do processo de ensino.

A avaliação como prática autoritária e punitiva

A prática escolar predominante nos tempos atuais se caracteriza dentro de uma representação teórica de entendimento que pressupõe o sistema educacional como um mecanismo de conservação e reprodução da sociedade. Nesse contexto, o autoritarismo e a punição são elementos indispensáveis para a sustentação da estruturação social, na qual a avaliação assume o mecanismo organizador não só das atitudes intelectuais como também das sociais. O problema é que esse autoritarismo é absorvido na prática docente, trazendo graves conseqüências para o processo de aprendizagem dos alunos.

Para evitar que a prática autoritária prejudique a aprendizagem, há alguns que defendem uma condução mais democrática e participativa dos alunos no processo de avaliação de seus conhecimentos. Batalloso (2003), por exemplo, defende que alguns princípios de liberdade e participação devem ser incorporados ao processo de elaboração da estratégia de avaliação a ser conduzida em sala de aula, enfatizando, inclusive, o direito dos alunos de opinar sobre a forma como eles gostariam de ser avaliados. Infelizmente, somente a participação dos alunos nesse processo de escolha das estratégias avaliativas não é suficiente para que o resultado das avaliações seja adequadamente utilizado.

Geralmente o resultado de uma avaliação é representado através da atribuição de um conceito ou de uma nota, processo este que deveria estar associado diretamente aos conteúdos assimilados pelos alunos. Neste contexto, Vasconcelos (1995) afirma que a nota deveria ser um elemento de referência pedagógica. Contudo, por trás dessa certeza existem



muitas dúvidas, polêmicas e críticas relacionadas ao papel que a nota exerce no sistema educacional. Fleuri e Reinaldo (1986 *apud* VASCONCELOS, 1995) descrevem a polêmica que gira em torno da utilização da nota, afirmando que

A nota serve para indicar o quanto o aluno aprendeu! Desta forma, promoverá aqueles que estiverem preparados para exercer suas profissão e reterá os que não estiverem aptos [...] Esta objetividade, porém, é contestada diariamente pela prática escolar em que os alunos aprovados demonstram, a seguir, que não aprenderam o que sua nota faz pressupor (p. 42).

Outra crítica endereçada à atribuição de nota é que esta por si só não fornece uma medida exata sobre o desempenho do aluno, não estando muitas vezes diretamente associada aos principais objetivos do ensino. Outro grande problema está na supervalorização da nota no meio educacional em detrimento da aprendizagem. Quando isso acontece, ela passa a ter a função de premiar ou castigar o aluno, minando a relação pedagógica, pois educadores e alunos estarão mais preocupados com a nota do que com o aprendizado (BONNIOL e VIAL, 2001). E o mais grave é que muitas vezes os professores acabam se relacionando com os alunos de forma autoritária e punitiva, utilizando a nota como instrumento de retaliação.

A avaliação utilizada de forma autoritária e punitiva compromete o crescimento do educando. O julgamento do conhecimento adquirido através da avaliação, que teria como função possibilitar uma nova tomada de conhecimento sobre o objeto conhecido, passa a ter a função autoritária de rotular um objeto ou um ser humano, baseada em um modelo arbitrariamente imposto que se utiliza de um mecanismo chamado nota. Assim, para que o avaliando possa obter uma nota igual ou superior à média fixada, ele terá que concordar com o que já foi estabelecido como “certo”. Luckesi (2001) afirma que “dessa

forma, o ato de avaliar não serve como pausa para pensar a prática e retornar a ela; mas sim como um meio de julgar a prática e torná-la estratificada” (p.34).

Para melhor compreensão do que se pode definir como avaliação escolar autoritária e punitiva, Luckesi destaca algumas manifestações desta *praxis*: (1) a comunicação do que se pede num teste pode não ser clara, mas o professor com seu autoritarismo sempre tenderá a dizer que ele tem razão e o aluno é que não sabe do conteúdo, por isso não respondeu a questão; (2) o professor não tem humildade para admitir seu erro e não reconhece que o aluno detém o conhecimento e a capacidade desejada; (3) a avaliação é transformada em mecanismo disciplinador de comportamentos sociais, onde uma atitude de “indisciplina” na sala de aula é imediatamente castigada com um teste relâmpago; e (4) o educando que obtém uma nota satisfatória dentro dos padrões exigidos é elogiado, enquanto que aquele que obtém uma nota insatisfatória é ridicularizado. Agindo dessa forma, o professor faz com que a avaliação escolar deixe de ser um instrumento de diagnóstico para o crescimento, passando a ser um instrumento que ameaça e disciplina o educando pelo terror.

Metodologia

Partindo do princípio de que o currículo do curso de Pedagogia da UFC não possui disciplinas obrigatórias que abordem a avaliação educacional, sentimos a necessidade de conhecer qual a noção que os alunos dessa instituição, futuros pedagogos, possuem em relação à avaliação e aos métodos avaliativos.

A atual pesquisa se deu no âmbito da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC). A população, objeto de estudo deste trabalho, foi constituída por alunos regularmente matriculados no curso de Pedagogia no primeiro



semestre e no oitavo semestre. A escolha do semestre inicial e do semestre final do curso de Pedagogia se deu com o intuito de verificar se há diferença na concepção de avaliação entre os alunos que estão iniciando o curso de Pedagogia e os alunos em processo de conclusão do curso.

Esse trabalho utilizou um questionário para coletar informações a respeito do conhecimento dos estudantes de Pedagogia sobre avaliação educacional. O questionário abordou os seguintes aspectos: metodologia da avaliação, momento da aplicação da avaliação, prática docente e resultados da avaliação. O questionário era composto por três tipos de questões: questões abertas, questões de múltipla escolha com quatro opções (a, b, c, d) e questões de aferição do nível de concordância (ou discordância) em relação a diversos assuntos apresentados. Os dados foram coletados no período de 03 a 07 de julho de 2006. A aplicação dos questionários ocorreu em sala nos dias normais de aula, nos turnos da manhã e noite, e contou com a participação de 108 respondentes.

Resultados

A pesquisa com os alunos do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará revelou importantes aspectos relacionados à concepção de avaliação de futuros professores, tais como a preferência dos alunos em relação ao método a ser avaliado, a concepção de avaliação, o momento em que a avaliação deve ser conduzida, a representação da nota e a função do avaliador. Adicionalmente, os alunos se posicionaram a respeito da prática avaliativa dessa universidade.

A análise da preferência dos alunos pela melhor forma de ser avaliados revelou uma diferença entre os alunos do primeiro semestre e do oitavo semestre. Conforme está apresentado no Gráfico 1 em anexo, 42% dos alunos do primeiro semestre sentem-se melhor avaliados através de seminários,

enquanto que 38% dos alunos do oitavo semestre preferem o trabalho em grupo. É importante destacar que apenas 20% dos alunos de ambos dos semestres revelaram que preferia ser avaliado através de prova.

Com relação à estratégia de avaliação, os futuros professores revelaram o que pensam sobre o processo de avaliação dos alunos. A maior parte dos alunos do primeiro semestre do curso de Pedagogia acha que seria ideal avaliar os alunos através de trabalhos em grupo e seminários, enquanto que os alunos do último semestre afirmaram que seria melhor, além das estratégias supra citadas, utilizar um modelo de avaliação “contínua e progressiva”. Esta concepção de avaliação revela uma forte congruência com a forma como eles, alunos do curso de Pedagogia, se sentem melhor avaliados.

Ainda sobre a concepção de avaliação, os educadores em formação se posicionaram sobre o processo de escolha da estratégia de avaliação. Foi interessante observar que a maioria dos respondentes acredita que é importante a participação do aluno na escolha dos métodos avaliativos a serem utilizados. Enquanto que para os alunos do primeiro semestre essa importância se dá pelo direito que o aluno tem de expressar a sua opinião sobre a forma como o mesmo será avaliado, para os alunos do oitavo semestre essa importância está relacionada à relevância da interação professor/aluno e ao exercício da “democracia” em sala de aula. Vale mencionar que alguns alunos defenderam que os professores são capazes de escolher sozinhos a estratégia a ser utilizada para avaliar os alunos, não precisando, portanto, de auxílio dos mesmos.

Com relação ao momento em que avaliação deve ser conduzida, houve uma grande compreensão por parte dos alunos de ambos os semestres sobre a importância de se conduzir a avaliação em diferentes momentos, como pode ser observado no Gráfico 2 em anexo. Apenas uma parcela muito pequena dos alunos se posicionou em defesa ou da avaliação diagnóstica,



aplicada no início do processo, ou da avaliação somativa, aplicada no final do processo.

Quando abordados sobre importantes aspectos relacionados à “nota” atribuída aos alunos, mais de 90% dos alunos de ambos os semestres afirmaram que a nota não reflete o aprendizado dos alunos. Além disso, mais de 2/3 dos alunos consideraram que a prova não é capaz de medir os conhecimentos assimilados no processo de ensino. E quando foram perguntados a respeito da função da nota, eles afirmaram que a nota desempenha uma função classificatória e que a mesma era utilizada para atender à burocracia imposta pelo sistema educacional. A grande maioria (aproximadamente 90%) dos alunos também afirmou ser contra a utilização das notas para hierarquizar os alunos.

Os futuros educadores se posicionaram a respeito da função do avaliador e da utilização da prova pelos professores. Os resultados dessa pesquisa revelaram algumas diferenças entre os alunos do primeiro semestre e os alunos do último semestre. Enquanto que quase 20% dos alunos matriculados no primeiro semestre afirmaram que a função do avaliador deveria ser de julgar conhecimentos, apenas 3,8% dos alunos matriculados no oitavo semestre expressaram pensamento similar. Por outro lado, mais de 80% dos alunos do oitavo semestre e aproximadamente 66% dos alunos do primeiro semestre revelaram que a função do avaliador deveria ser de orientação dos alunos para que os mesmos pudessem superar as dificuldades identificadas na avaliação.

Quando perguntados a respeito da forma como a prova deveria ser utilizada pelos professores, quase todos os alunos de ambos os semestres concordaram, em diferentes graus, que a prova deveria ser utilizada para medir o grau de assimilação dos conteúdos ou para diagnosticar as lacunas ocorridas na aprendizagem. Os futuros educadores, matriculados no último semestre, apresentaram maior tendência em relação ao diag-

nóstico dos problemas ocorridos na aprendizagem, com um percentual de 75%, contra 59% dos alunos matriculados no semestre inicial do curso.

Por fim, os alunos de ambos os semestres se posicionaram a respeito da prática avaliativa das Instituições de Ensino Superior, cujos resultados estão apresentados no Gráfico 3 em anexo. Foi interessante notar que não houve uma diferença muito grande em relação à percepção extremamente negativa dos alunos, que em sua quase totalidade classificaram as práticas avaliativas como sendo autoritária ou punitiva.

Considerações finais

É comum vermos no dia-a-dia de nossas escolas práticas que denunciam uma estrutura de ensino onde o professor assume posição de detentor de todo o conhecimento e o aluno assume o papel de agente passivo que apenas recebe aquilo que está sendo transmitido pelos professores. Nesse contexto, a avaliação muitas vezes assume um espaço autoritário e punitivo, que é incompatível com a prática pedagógica. Felizmente a concepção de avaliação educacional tem sido bastante reformulada, fundamentando-se em uma perspectiva integradora e reflexiva, que se propõe a promover a formação do indivíduo por completo.

Os resultados dessa pesquisa revelaram uma forte associação entre a estratégia de avaliação que os alunos preferem e a estratégia “ideal” para avaliar os alunos. Os alunos declaram certa preferência pela utilização de seminários e trabalhos em grupo para avaliar seus conhecimentos. Além disso, eles defenderam uma prática avaliativa fundamentada na condução da avaliação em diversos momentos do processo de ensino-aprendizagem, na participação dos alunos no processo de escolha da estratégia de avaliação a ser adotada, e na necessidade de orientação para a superação das dificuldades dos alunos.



Este fato nos leva a questionar se os respondentes apresentam de fato uma consciência teórica em relação ao processo avaliativo, ou se eles apenas reproduziram a preferência por certas estratégias de avaliação, tais como seminários e trabalhos em grupo. O certo é que, independente de estar no início ou no final do curso, a maioria dos alunos declararam ser contra a utilização de provas para avaliar os conhecimentos.

Mais uma vez há uma incoerência metodológica que pode ser resultado da ausência de uma melhor preparação dos futuros professores. A grande rejeição à utilização de provas para avaliar o conhecimento dos alunos pode refletir a falta de conhecimento dos alunos a respeito desse tipo de estratégia avaliativa. E o mais grave é que a prática avaliativa no ensino fundamental, área de atuação dos alunos de Pedagogia, baseia-se fortemente na utilização de provas, requerendo dos professores uma formação adequada que os levem a identificar habilidades e conteúdos que podem ser avaliados através da aplicação de provas. Esse fato, associado à necessidade de incorporação de múltiplas estratégias avaliativas, requer uma proposta de capacitação dos professores na área de avaliação que possibilite não somente a elaboração de provas concisas, como também a correta utilização de seus resultados.

Este fato nos leva a questionar qual das propostas avaliativas os atuais alunos de Pedagogia irão adotar quando iniciarem a prática docente. Será que eles irão reproduzir o modelo de avaliação promovido por seus professores, que é muitas vezes baseado em práticas autoritárias e punitivas, ou vão adotar uma concepção de avaliação que realmente esteja comprometida com a identificação das dificuldades dos alunos e com a definição de estratégias pedagógicas que levem seus alunos a superarem essas dificuldades? Sem uma apropriada formação na área da avaliação educacional, os futuros professores terão muito mais dificuldade em optar pela última concepção, tendo em vista que a adoção de práticas avaliativas

inovadoras requer consistência conceitual que permita aos professores promover mudanças significativas.

Dessa forma, é imperativo que os cursos de formação de professores atentem para a necessidade de incorporar nas propostas curriculares disciplinas, ou eixos temáticos, que propiciem aos futuros professores uma formação apropriada na área de avaliação educacional. Caso contrário, dificilmente será possível promover as mudanças qualitativas no ensino fundamental sem a incorporação de práticas avaliativas que visem identificar e superar as dificuldades dos professores e alunos.

Referências Bibliográficas

BONNIOL, Jean-Jacques; VIAL, Michel. **Modelos de avaliação:** textos fundamentais. Tradução de Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Metodologia do Ensino Superior**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

JORBA, Jaume; SANMARTÍ, Neus. A função pedagógica da avaliação. In: BALLESTER, Margarita. **Avaliação com apoio à aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação:** da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SALINAS, Dino. **Prova amanhã!** Traduzido por Magda Schwartzhaup Chaves. Porto Alegre: Artmed, 2004.

VASCONCELOS, Celso S. **Avaliação, concepção dialética do processo de avaliação escolar**. São Paulo: Liberdade, 1995.

VIANNA, Heraldo Marelím. **Avaliação educacional:** teoria, planejamento, modelo. São Paulo: IBRASA, 2000.



ANEXOS

